

Plano de saúde tem redução de mensalidade e suspensão de reajuste; confira as novidades do seu contrato!

Depois de diversas rodadas exitosas de negociação com a Benevix, a ANFIP informa aos associados participantes do Contrato 6848 e do Contrato 8052 do plano de saúde Unimed Vitória que está sendo implementado um pacote de mudanças extremamente positivas a partir de 1º/10.

Nós avisamos que tínhamos novidades e elas são excelentes!

Para os integrantes do **Contrato 6848**, a primeira novidade é que a partir de 1º/10, os planos nas acomodações Enfermaria e Apartamento terão desconto de 5% nos valores da mensalidade, reajuste ZERO em 2022 e não cobrança de coparticipação até janeiro de 2023.

Já os usuários do **Contrato 8052**, da Rede Diferenciada, a novidade é que o reajuste também será ZERO em 2022 e não será feita cobrança de coparticipação até janeiro de 2023.

Em ambos os contratos, será mantido o **Plano Odontológico Unimed Odonto** para todos os associados

titulares, dependentes e agregados que participam do plano de saúde, sem qualquer tipo de custo.

E, atenção, a Benevix tem mais uma novidade! Visando garantir maior agilidade no processo de autorização de procedimentos, está em fase de constituição um novo serviço, o Atendimento Exclusivo Benevix, um time especializado que atuará junto à Unimed Vitória.

Clique nas imagens abaixo para mais detalhes do seu contrato. Essas medidas são para você, associado!

Informações

Central de Atendimento Benevix: 0800 606 7272

Portal de Serviços e Atendimento Chat Online:

www.benevix.com.br

Conheça a plataforma com os candidatos à vaga de convencional da XXVIII Convenção Nacional

Associados efetivos, quites com as obrigações associativas, a eleição para convencionais da XXVIII Convenção Nacional da ANFIP está se aproximando. A plataforma de votação eletrônica estará disponível para o processo eleitoral no período de 24 a 27/9. Até lá, clique [AQUI](#) e conheça os candidatos às vagas de convencional, seus respectivos currículos e propostas de trabalho. Participe do processo e ajude a escolher os representantes do seu estado no evento deliberativo máximo da Entidade.

Para conhecer os detalhes do processo eleitoral, com cronograma e o passo a passo de como votar, assim como informações sobre a XXVIII Convenção Nacional, confira [AQUI](#) o Linha Direta Especial sobre o assunto.



Entidades analisam relatório da Reforma Administrativa

PÁGINAS 2

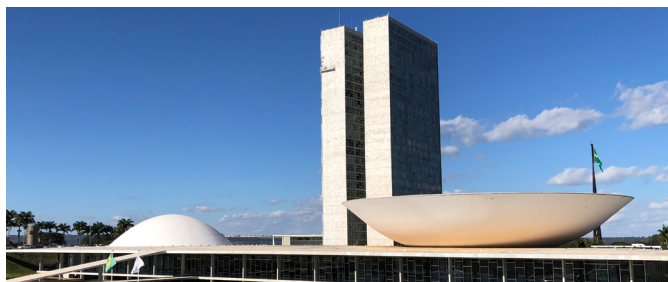
Inscrições abertas para eleição da Fundação ANFIP

PÁGINA 7

Inscreva-se e concorra a uma vaga para o FIT presencial

PÁGINA 8

CCJ da Câmara dos Deputados aprova PEC dos Precatórios



A Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, na quinta-feira (16/9) a admissibilidade da PEC 23/2021, que muda as regras de pagamento de precatórios. Foram 32 votos favoráveis e 26 votos contrários, à matéria de relatoria do deputado Darci de Mattos (PSD/SC).

O texto prevê que até 2029, os precatórios com valor

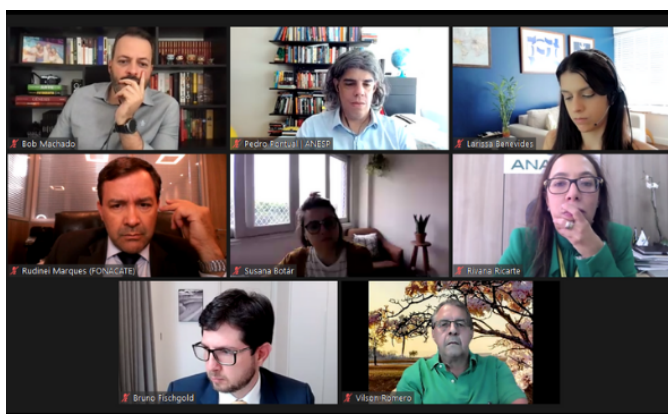
acima de 60 mil salários mínimos, ou R\$ 66 milhões, poderão ser quitados com entrada de 15% e nove parcelas anuais.

A votação na CCJ foi polêmica, com diversos deputados manifestando-se contrariamente à proposta, a qual chamam de "PEC do calote". Houve também tentativas, rejeitadas, de retirar o item da pauta do colegiado ou mesmo de adiar a votação.

Aguarda-se agora a edição de ato, pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL) referente à constituição da Comissão Especial destinada a apreciação do mérito da proposta.

A ANFIP continua atuando pela rejeição da PEC 23/21, pois a medida, se aprovada em Plenário, consolidará um calote nos créditos de fornecedores, prestadores de serviços, proprietários que tiveram bens desapropriados e, em especial, de servidores públicos cujas ações já tenham transitado em julgado contra a União.

Fonacate avalia novo relatório da Reforma Administrativa



As entidades que compõem o Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate) se reuniram na quinta-feira (16/9) para avaliar as mudanças realizadas no substitutivo apresentado na quarta-feira (15/9) pelo deputado Arthur Oliveira Maia (DEM/BA), em relação à versão anterior e ao texto encaminhado originalmente pelo Poder Executivo. Pela ANFIP, esteve presente o assessor de Estudos Socioeconômicos, Wilson Antonio Romero.

Os representantes reconheceram alguns avanços trazidos pelo relatório, como a supressão da previsão de redução de salário e de jornada, e a determinação de que a lei não poderá prever a cassação de aposentadoria como hipótese de sanção

administrativa. Porém, destacaram que os demais pontos ainda são extremamente prejudiciais para os servidores e para a população. “Esses pequenos avanços não compensam as perdas com esse novo texto. Nosso encaminhamento continua sendo contra toda a PEC”, disse o presidente do Fórum, Rudinei Marques.

Segundo Rudinei, o relatório apresenta retrocesso na definição das carreiras típicas de Estado, traz possibilidade de demissão em caso de resultado insatisfatório em dois ciclos de avaliação semestrais e mantém as contratações temporárias, entre outros malefícios.

O Fórum enviará um documento ao relator apontando os avanços e retrocessos trazidos no substitutivo e solicitará reunião para apresentar as preocupações das carreiras.

A votação do texto está agendada para a próxima terça-feira (21/9), na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, porém a expectativa das entidades é de que será apresentada uma terceira versão do parecer antes da deliberação. “Temos que alertar as bancadas para, a cada texto novo, dar vistas de no mínimo duas sessões para avaliar e até dar destaques, pois as mudanças têm sido muito grandes”, disse Wilson Romero.

As entidades seguem atentas na tramitação para tomar todas as medidas possíveis em defesa dos direitos dos servidores.

EXPEDIENTE LINHA DIRETA

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 BL. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITORA
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado e
Thayná Cavalcante.

ESTAGIÁRIA
Marina Rodrigues

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arinaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado



www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfip.nacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

ANFIP participa do dia de mobilizações contra a PEC 32/20

Para reforçar o posicionamento contrário à PEC 32/20, entidades de classe, centrais sindicais, frentes de servidores e parlamentares promoveram diversas ações na terça-feira (14/9). Pela ANFIP, participaram os vice-presidentes José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Política de Classe e Política Salarial) e José Avelino da Silva Neto (Assuntos Parlamentares).

As atividades começaram cedo no aeroporto de Brasília, onde os servidores fizeram pressão sobre os parlamentares que chegaram à capital. Durante a tarde, após passeata na Esplanada dos Ministérios, os servidores se reuniram em frente ao anexo II da Câmara dos Deputados, com faixas, panfletos e carros de som. A ANFIP esteve presente em ambos os atos com mensagens de alerta sobre os malefícios da matéria.

Ao se pronunciar, o vice-presidente José Arinaldo Gonçalves Ferreira reforçou o compromisso da Entidade de defender os direitos dos servidores. “Nós não podemos deixar que essa PEC destrua o serviço público nacional, estamos unidos com toda sociedade, porque entendemos que em um



momento tão delicado como este é preciso muita união e força”, disse.

O período é decisivo para impedir o avanço da proposta e é necessário que todos participem das ações, realizando contato com os parlamentares.

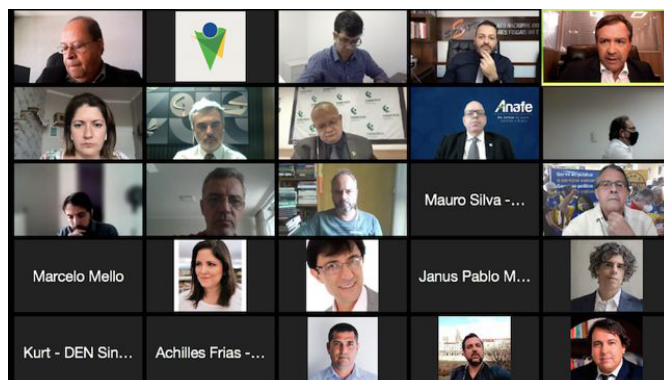
Reforma Administrativa ainda representa ameaça ao serviço público

Na Assembleia Geral realizada na terça-feira (14/9), as afiliadas ao Fonacate debateram os riscos que a Reforma Administrativa representa para o funcionalismo. A ANFIP esteve presente, sendo representada pelo presidente Décio Bruno Lopes e pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

No geral, as entidades entendem que o deputado Arthur Maia melhorou bastante o texto apresentado pelo Executivo. Porém, ainda há riscos. “Reconhecemos que o deputado ouviu parte das nossas demandas. Mas não é hora de ceder! Ainda existem pontos prejudiciais nessa proposta”, disse Lademir Rocha, vice-presidente do Fonacate.

O presidente do Fonacate, Rudinei Marques, afirmou que o relator foi corajoso, por exemplo, ao manter a estabilidade para todos os atuais servidores; e também suprimiu o vínculo de experiência e a possibilidade de indicações políticas para funções técnicas e estratégicas e manteve as escolas de governo. “Se a derrubada integral da proposta não for possível, vamos continuar trabalhando em busca de melhorias.”

Precatórios – Outro item da pauta foi a PEC 23/2021, que prevê o parcelamento de precatórios, inclusive alimentares, quando a soma total de todos os precatórios devidos pela União



for superior a 2,6% da receita corrente líquida. Essa previsão impactaria o pagamento dessas dívidas já a partir do próximo ano, e afeta, inclusive, acordos propostos pelo próprio Poder Executivo com deságio.

O Fonacate e entidades parceiras, com as respectivas assessorias jurídicas, estão na luta para evitar esse verdadeiro calote no pagamento dos precatórios federais. O Fórum tem participado de reuniões com representantes do Ministério da Economia, parlamentares e diversas instituições para debater o tema.

Frente Servir Brasil solicita alterações no parecer da PEC 32/20

A Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil) apresentou, na terça-feira (14/9), um ofício ao deputado Arthur Oliveira Maia (DEM/BA), relator da PEC 32/20, da Reforma Administrativa, solicitando modificações em seu parecer.

O documento, assinado pelo presidente da Servir Brasil, deputado Israel Batista (PV/DF), apresenta os tópicos que

ainda preocupam os servidores como os contratos temporários, privatizações por instrumentos de cooperação, demissão de servidores públicos estáveis por extinção de cargos públicos por obsolescência ou desnecessidade e perda de direitos.

Os demais pontos destacados também afetam diretamente os direitos e garantias dos servidores públicos e os serviços prestados à população. Leia a íntegra do ofício [AQUI](#).

ANFIP e especialistas analisam sistemas previdenciário e tributário brasileiro



Para apresentar diferentes visões sobre as questões tributária e previdenciária brasileira, a ANFIP realizou, na quarta-feira (15/9), mais uma edição da Série Grandes Debates, que teve como tema “Tributação e Previdência”. O evento contou com a participação de especialistas do Direito, da magistratura e do setor empresarial.

O presidente Décio Bruno Lopes e o vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, receberam os seguintes convidados: Guilherme Guimarães Feliciano, juiz titular da 1ª Vara do Trabalho de Taubaté e professor da Universidade de São Paulo; Marcelo Augusto Moreno, advogado e administrador; Tatiana Fiore de Almeida, consultora Empresarial e Planejamento de Aposentadoria de Atletas; e José Roberto Sodero Victório, ex-presidente da Comissão de Direito Previdenciário da OAB/SP.

A consultora Tatiana Fiore, em sua exposição, apresentou algumas preocupações em relação às alterações promovidas pela Emenda Constitucional 103 e, sobre as entidades esportivas, relatou que, atualmente, o maior medo dos clubes de futebol é o custeio. Com as aposentadorias não há essa preocupação, já que, há algum tempo, foram iguadas ao Regime Geral

de Previdência Social. “Entre o que é contribuído e a aposentadoria não é o maior temor”, afirmou, chamando atenção para a ausência de repasse dos clubes. “A maior parte dos clubes brasileiros, hoje, recolhem a contribuição, mas não fazem o repasse aos cofres previdenciários”, observou.

O juiz do Trabalho Guilherme Guimarães fez uma abordagem sobre as tensões envolvendo os temas previdência e tributo. “Nós temos no mundo todo e, particularmente, no Brasil, uma tensão fiscal fundamental para o Estado social. Estado social que, sabemos, configura, efetivamente, o Estado democrático de direito do século 21, que, para além de assegurar direitos civis políticos, deve também assegurar os direitos sociais, econômicos e culturais”, explicou.

José Roberto Sodero, da OAB/SP, no mesmo sentido, lembrou que o Estado de bem-estar social está explícito na Constituição Federal de 1988, porém, há a necessidade de um custeio equilibrado como contrapartida do benefício. Ele criticou ainda a tentativa de privatizar a Seguridade Social brasileira e a tentativa de capitalização, onde a média salarial do brasileiro é muito baixa. “A ANFIP nos ajudou muito nesse debate, mostrando que mais de 70% dos municípios brasileiros dependem da

Previdência Social”. Apontou que há uma ausência de debate para ajustar a tributação previdenciária. “O Estado brasileiro adotou uma estratégia muito desadequada, talvez, perversa demais. Como ele não consegue fazer o debate da arrecadação, a própria questão da desoneração, ele começou a fazer reformas previdenciárias limitadoras, restritivas dos direitos sociais”, alertou.

Marcelo Augusto Moreno, advogado e administrador, falou sobre a legislação trabalhista e que, historicamente, foi criada com cunho de proteção aos trabalhadores. “Se não houvesse essa proteção, através das leis, como seriam nossas relações de trabalho? Como é essa relação de trabalho onde não tem essas proteções? Hoje, o que a gente vê muito é um movimento para retirada desses direitos, para que você deixe à mercê do capitalismo, propriamente dito, daquela ânsia de ganho por parte de empresas, de empregadores, sem qualquer mensuração, sem qualquer proteção”, declarou. E disse que os maiores devedores da Previdência são as grandes empresas. “Não é o microempreendedor, as maiores dívidas dos nossos sistemas estão nas grandes empresas. E nada se discute. E quando fala em reforma, a gente não vê falar como é que vão cobrar dessas grandes empresas”, lamentou.

Ao encerrar o debate, o presidente Décio Lopes explicou que a Previdência Social é contributiva. “Começou contributiva e deve se manter contributiva. E para isso, cabe a União e ao nosso Legislativo instituir novas fontes de custeio para que nós não caiamos na questão do mínimo existencial ou na questão da assistência social, mesmo que, conforme diz a Constituição Federal, a assistência social é devida a quem dela necessitar. Previdência Social não se confunde com Assistência Social. Contribuição previdenciária não deveria se confundir com tributação”, disse.

Assista [AQUI](#) a íntegra das exposições.

Benefícios

Plataforma de benefícios: Descontos especiais para o dia do cliente

No Dia do Cliente, a plataforma de benefícios ANFIP Petz, Compra Centra e Hoteis.com. As melhores lojas, com Tem +Vantagens separou descontos especiais nas marcas as melhores ofertas. Aproveite, acesse [AQUI](#) e garanta a sua compra.

MCCE e entidades parceiras reúnem-se no Dia Internacional da Democracia

O MCCE realizou, na quarta-feira (15/9), junto à rede de entidades parceiras, sua reunião mensal. No início do encontro virtual foi ressaltado que na mesma data (15/09) é comemorado o Dia Internacional da Democracia. Os representantes do MCCE lembraram que uma data tão importante coincide com o mês em que a Lei Contra a Compra de Votos (Lei 9840) – primeira lei de iniciativa popular realizada pelo MCCE – completa 22 anos no dia 28 de setembro. Também foi mencionado que, infelizmente, a democracia vem sofrendo ataques no mundo inteiro. Além disso, as questões relacionadas à paridade de gênero – essencial na democracia – ainda não avançaram, em especial aqui no Brasil.

O principal item da pauta foi o Projeto de Lei Complementar (PLP) 9/2021, que altera a Lei Complementar nº 64/1990 – a chamada Lei das Inelegibilidades. Como resposta à aprovação do PLP pelo

Senado, ocorrida na terça-feira (14/9), o MCCE e as entidades que integram o movimento publicaram uma nota pública mostrando o retrocesso que representa o PLP. Acesse [AQUI](#) a íntegra do documento. O texto segue agora para sanção presidencial, e caso seja assinado, será o fim da inelegibilidade de gestores

Também na pauta da reunião, a tramitação do novo Código Eleitoral (PLP 112/2021), cuja votação foi concluída na Câmara dos Deputados, e agora segue para o Senado Federal. As entidades destacaram que acompanham o desdobramento do assunto. Além de emitir nota pública (leia [AQUI](#)), o MCCE também divulgou nota técnica da Conamp (entidade que faz parte da rede do MCCE), com uma análise completa do texto de 900 artigos do novo Código Eleitoral, que pode ser lida [AQUI](#).

Outro tópico da reunião foi a Reforma Eleitoral, que depois de muitas “idas e vindas”, foi aprovada na Câmara

dos Deputados, como PEC 125/11 – que inicialmente tratava apenas sobre eleições em datas coincidentes com feriados, mas acabou virando uma miscelânea de temas, com alterações graves no processo eleitoral. Esse texto, agora, está em análise no Senado Federal (com o nome de PEC 28/2021), na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Para finalizar a reunião foi mencionado o andamento, no Superior Tribunal Federal – STF, da ADI 6630 (ADI da Ficha Limpa). Esse julgamento refere-se à concessão de liminar pelo ministro Nunes Marques, cuja decisão suspendeu a expressão que prevê o prazo de 8 anos de inelegibilidade após o cumprimento da pena, de acordo com a Lei da Ficha Limpa. Os diretores do MCCE detalharam que estão acompanhando os desdobramentos da ação.

Fonacate busca alternativas à PEC 23, para evitar calote nos precatórios

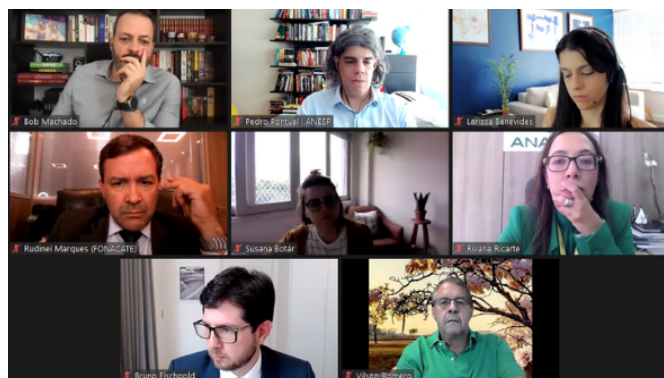
Na quarta-feira (15/9), representantes do Fonacate, da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) foram recebidos pelo primeiro vice-presidente da Câmara, deputado federal Marcelo Ramos (PL/AM), para discutir a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 23/2021, que trata dos precatórios.

O parlamentar apresentou uma proposta de emenda constitucional, que está em fase de coleta de assinaturas, que propõe a exclusão dos precatórios do teto remuneratório estabelecido pela Emenda Constitucional 95/2016. A ideia tem o apoio do Fórum, da Servir Brasil e da OAB, pois atende ao interesse de milhares de servidores que têm expectativas de receber integralmente seus precatórios em 2022.

No encontro, o presidente do Fonacate, Rudinei Marques, lembrou que boa parte dos precatórios decorre de acordos judiciais propostos pelo próprio Poder Executivo, por meio da Advocacia Geral da União (AGU), que foram aceitos pelos interessados e, posteriormente, homologados pelo Poder Judiciário.

“O governo sabe há muito tempo o valor que tem a pagar. Essa ideia que o ministro da Economia, Paulo Guedes, tem repetido desde o envio da PEC 23, de que o montante dos precatórios federais é um ‘meteoro’, não se sustenta”, criticou Marques. E complementou: “o governo vai até sair ganhando, pois, com os deságios pactuados, pagará menos do que deve”.

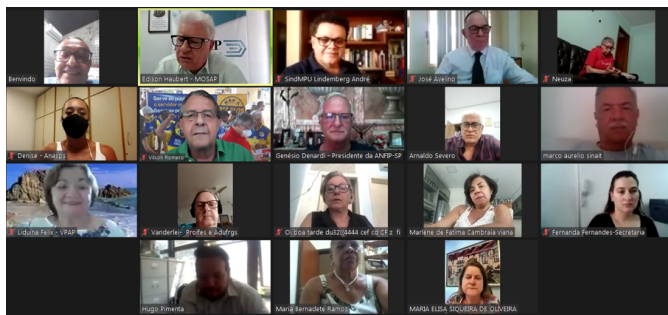
A Frente Servir Brasil, presidida pelo deputado federal



Professor Israel Batista (PV/DF), que também esteve presente no encontro, se comprometeu a unir forças e colaborar para a coleta de assinaturas da proposta apresentada por Marcelo Ramos.

Vale lembrar que durante a semana aconteceu a segunda reunião entre entidades de classe e assessorias jurídicas, junto a representantes da OAB, para definir estratégias de ação a fim de alterar ou derrotar inteiramente a PEC 23. Assim como realizado no Ministério da Economia o primeiro encontro do Grupo de Trabalho (GT) formado por representantes do governo, das entidades representativas dos servidores e da OAB, a fim de encontrar uma solução tecnicamente aceitável para o imbróglio produzido com a apresentação da PEC 23/2021 (clique [AQUI](#) e saiba mais).

ANFIP e Mosap discutem trabalho parlamentar contra a PEC 32



As entidades que integram o Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap), dentre elas a ANFIP, realizaram reunião, na terça-feira (14/9), para tratar de ações contra a Reforma Administrativa (PEC 32/21) e da mobilização junto aos parlamentares que compõem a Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

A ANFIP esteve representada pelos vice-presidentes de Assuntos Parlamentares, José Avelino da Silva Neto; de Aposentadorias e Pensões, Tereza Liduína Santiago Félix; e pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

O presidente do Mosap, Edson Haubert, que coordenou a reunião, informou que a primeira etapa da campanha nas redes sociais já foi consolidada e, nesta semana, as ações serão voltadas para a mobilização conjunta contra a PEC 32.

Vilson Romero enfatizou que, neste momento, o trabalho deve ser focado nos deputados que compõem

a Comissão Especial que analisa a PEC. “Precisamos intensificar a atuação nas redes sociais, utilizar mais amplamente as plataformas, buscando pressionar os deputados da Comissão”, disse, lembrando que nem todos os deputados encontram-se nos gabinetes na capital federal e que o acesso ao Congresso Nacional está limitado, em decorrência da pandemia.

José Avelino também destacou a importância do trabalho das entidades representativas. “Temos que reconhecer o trabalho das entidades, de modo geral, e dos servidores públicos, porque essa PEC 32, desde seu início, já passou por mudanças, como em relação aos poderes do presidente da República, por exemplo. Temos que, cada vez mais, enfatizar a nossa luta, conchamar os trabalhadores, os servidores públicos e a sociedade de modo geral, porque reforma é para melhoria de condições e essa PEC propõe exatamente o contrário, está na contramão”, afirmou Avelino.

No mesmo sentido, Tereza Liduína fez uma fala positiva e de unidade. “Estamos nessa luta com esperança. Sabemos que é uma luta muito difícil, mas, se todos nós estivermos unidos e empenhados, sabemos que podemos reverter o resultado a nosso favor”, pontuou.

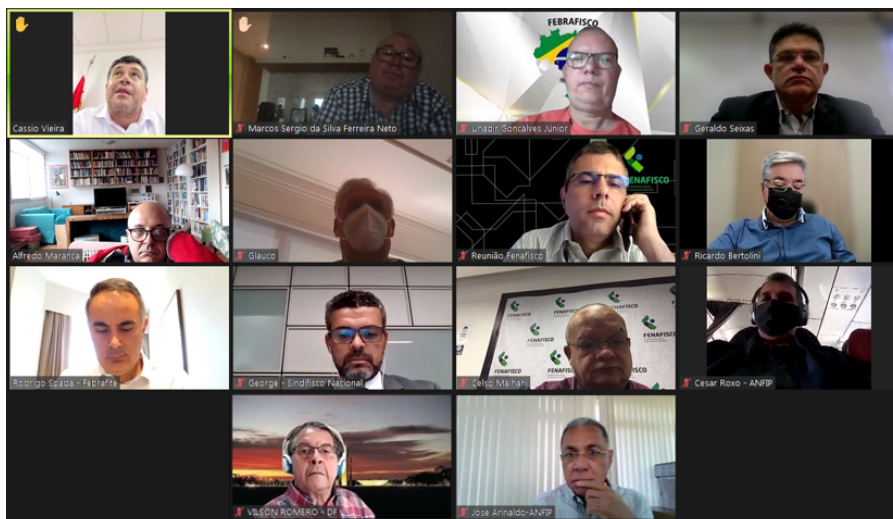
Também na reunião, os dirigentes abordaram outros assuntos da pauta, como a PEC dos Precatórios (PEC 23/21); próxima assembleia geral do Instituto para prestação de contas; novo portal do Instituto Mosap; e colaboração das entidades afiliadas com material de divulgação.

Pacto de Brasília debate sugestões para a Reforma Tributária

A ANFIP e as demais entidades que integram o Pacto de Brasília, que defende a autonomia da Administração Tributária, se reuniram na quarta-feira (15/9) para analisar as propostas que tratam do assunto e que tramitam no Congresso Nacional. Pela ANFIP, participaram os vice-presidentes José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Política de Classe e Política Salarial) e Cesar Roxo Machado (Estudos e Assuntos Tributários), e o assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero.

No encontro, os integrantes do Pacto analisaram as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) 45/19 e PEC 110/19 e debateram alternativas de texto para os artigos 117 e 162-A, aperfeiçoando a redação que será sugerida aos relatores das propostas, em especial no Senado.

O Pacto de Brasília conta ainda com participação de representantes da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais de Tributos dos Municípios



e Distrito Federal (Anafisco), da Federação Brasileira de Sindicatos das Carreiras da Administração Tributária da União, dos Estados e do Distrito Federal (Febrafisco), da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenamim), do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal

do Brasil (Sindifisco Nacional), do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita), da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) e da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Nacional).

Abertas inscrições para concorrer a cargos na eleição da Fundação ANFIP

Atenção associados da ANFIP! Estão abertas as inscrições para concorrer aos cargos do Conselho Curador, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva da Fundação ANFIP. Os interessados devem consultar todas as regras do Edital de Convocação (abaixo) e enviar à Fundação, até o dia 20 de outubro, o pedido de inscrição. Os conselheiros eleitos cumprirão mandato de dois anos, de 3 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2023.

São os seguintes os cargos e funções objeto de eleições previstas neste Edital:

- Conselho Curador: duas funções de membros titulares e os de segundo e quarto suplentes;
- Conselho Fiscal: três funções de membros titulares e dois suplentes; e

- Diretoria Executiva: quatro cargos de titulares e três suplentes (Diretor Presidente; Diretor Administrativo Financeiro; Diretor de Estudos, Planejamento e Projetos; e Diretor de Eventos, Cursos e Publicações).

As eleições para os cargos e funções ocorrerão durante a reunião do Conselho Curador a ser realizada no dia 11 de novembro do corrente ano.

Confira abaixo o Regimento Eleitoral e o Edital de Convocação, com todos os detalhes das eleições, datas, prazos, endereços e demais regras:

[Regimento Eleitoral](#)

[Edital de Convocação de Eleições](#)

ANFIP assume desenvolvimento de programa contábil

As áreas de Planejamento e Controle Orçamentário, de Finanças e de Administração, Patrimônio, Cadastro e Tecnologia da Informação, representadas por seus respectivos vice-presidentes Carlos Alberto de Souza, Luiz Mendes Bezerra e João Alves Moreira, definiram na segunda (13) e terça-feira (14/9) os procedimentos necessários para que a ANFIP assumira a finalização do MR Contábil – Programa de Melhorias do Sistema Informatizado de Acompanhamento da Execução Orçamentária, Contábil e Financeira.

As vice-presidências se reuniram com as equipes técnicas e o grupo assumiu ainda melhorias no desenvolvimento e na manutenção do sistema. O MR Contábil faz parte do processo



de modernização da ANFIP em relação aos controles técnicos-operacionais no fornecimento de informações orçamentárias, contábeis e financeiras de forma ágil e integrada, em tempo real, por meio de ferramenta amigável e funcional.

Comissão atualiza conteúdo do Regimento Interno da XXVIII Convenção Nacional

A Comissão responsável pela elaboração do Regimento Interno da XXVIII Convenção Nacional, continuou, na segunda-feira (13/9), a analisar a redação do documento que rege a realização das reuniões ordinárias e extraordinárias do evento.

A Convenção, em 2021, vai ocorrer de 8 a 10 de novembro, em formato virtual, conforme Resolução Conjunta ANFIP CR/CF/CE nº 019/2019-2021, de 3 de agosto de 2021, homologada pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada nos dias 18 e 19 de agosto de 2021.

Participaram da reunião os vice-presidentes Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais), Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias



e Pensões), João Alves Moreira (Administração, Patrimônio, Cadastro e TI) e Benedito Cerqueira Seba (Comunicação Social).

Associado, concorra a uma das vagas para participar do FIT 2021, em SP



O Fórum Internacional Tributário (FIT) 2021 será realizado de 20 a 22 de outubro, no Hotel Maksoud Plaza, em São Paulo, e contará com transmissão ao vivo de toda a programação. O evento é organizado pela ANFIP, juntamente com a Fenafisco (Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital).

Como o formato de participação será híbrido (presencial e virtual), em razão das medidas de segurança por causa da pandemia de Covid-19, haverá limitação para o público presencial e as vagas são limitadíssimas.

Neste sentido, e para privilegiar os associados que têm interesse em participar do evento em São Paulo, a ANFIP irá sortear 20 vagas presenciais entre seus associados.

As vagas a serem sorteadas incluem, além da participação presencial no FIT 2021, hospedagem no local do evento em quarto duplo, a ser dividido com colega, e despesas com deslocamento até o local do evento.

Atenção! É importante ressaltar que as despesas com alimentação serão de responsabilidade dos participantes.

Veja as regras abaixo e como participar:

1 – primeiro, faça sua inscrição no site <https://forumfit.org.br/inscricoes-fit-2021/>;

2 – depois, acesse o link <http://sorteiofit2021.anfip.org.br/>, digite o seu CPF e, na nova janela, confirme seus dados e clique em salvar. Pronto, você já estará concorrendo ao sorteio;

3 – a inscrição na página do sorteio (<http://sorteiofit2021.anfip.org.br/>) deve ser feita, impreterivelmente, até o dia 26/09/21;

4 - o sorteio ocorrerá no dia 27/09/21, às 16h, com transmissão ao vivo pelo Youtube. Para acompanhar, você deve clicar no link que será enviado para seu e-mail, no ato de sua inscrição.

Os ganhadores do sorteio devem observar o seguinte:

a) Você precisa estar com suas mensalidades em dia;

b) Após ser contemplado, você deve enviar um e-mail para a ANFIP (secretaria@anfip.org.br), até o dia 30/09/21, informando um número de telefone para contato e se precisará de liberação de ponto;

c) Se o seu deslocamento para São Paulo for por via aérea, você deverá comprar suas passagens até o dia 02/10/21, pois a ANFIP só fará o reembolso de passagens aéreas compradas até essa data;

d) Caso seu deslocamento para São Paulo seja por via terrestre, a ANFIP fará o reembolso de suas passagens compradas até o dia 19/10/21;

e) Para obter o reembolso referente ao seu deslocamento (aéreo ou terrestre), você deverá enviar um e-mail para a ANFIP (secretaria@anfip.org.br), a partir do dia 23/10/21, apresentando a comprovação da compra das passagens em que conste o valor a ser reembolsado e o certificado de participação no FIT 2021.

Boa sorte!

Estadual

ANFIP-SP inicia votação para eleição da Diretoria e Conselho Fiscal

A ANFIP-SP – Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em São Paulo – dá início às votações pela internet e por correspondência. Para votar [via internet], clique [AQUI](#).

Diferentemente dos anos anteriores, quando havia eleição para renovação de 1/3 da Diretoria (três vagas) e do Conselho Fiscal (uma vaga), além da Presidência, em 2021 o processo eleitoral da entidade será amplamente maior e contemplará 13 vagas em turno único, sendo: 03 (três) para o Conselho Fiscal, 09 (nove) para a Diretoria e 01 (uma) para a Presidência.

Conforme o Estatuto reformado na Assembleia Geral Ordinária deste ano, só assumirá a Presidência o postulante que receber votos suficientes para integrar a Diretoria, ou seja, para ser presidente é preciso estar na Diretoria. Por este motivo, Dirce Leme Claro de Menezes e Genésio Denardi aparecem como candidatos nas duas categorias.

Os candidatos eleitos assumirão o biênio 2022-2023.

Confira abaixo as instruções para votar pela internet ou por correspondência:

Via Internet: Acesse a página www.anfip-sp.org.br, clique no banner “ELEIÇÕES ANFIP-SP 2021” e escolher “Primeiro Acesso”. Logo após, preencha todos os campos indicados,

conforme indicação da área. Insira o nome completo, a matrícula SIAPE sem o 0 (zero à esquerda), o número do CPF e a data de nascimento, e crie uma senha de, no mínimo, seis e, no máximo, oito caracteres (números, letras, ou os dois). Confirme sua senha e clique em registrar.

Período de votação via internet: de 13 de setembro a 27 de setembro.

Clique [AQUI](#) e confira o passo a passo de como votar via internet.

Por Correspondência: Assinale na Cédula Única até 1 (um) nome para Presidente, em até 9 (nove) para Diretoria e até três para o Conselho Fiscal. Insira a cédula no envelope pequeno, **sem qualquer identificação**. Este, devidamente fechado, deverá ser colocado dentro do outro maior (carta resposta), com porte pago, já contendo os dados do remetente e destinado à COMISSÃO ELEITORAL da ANFIP-SP. A data da postagem deverá ser até o **dia 27 de setembro de 2021** e deverá constar no envelope carimbo e data. Recebendo o envelope deverá votar imediatamente para garantir a remessa do seu voto pelo Correio.

Período de votação por correspondência: a partir da data de recebimento até o dia 27 de setembro.

Clique [AQUI](#) para ver o Regulamento Eleitoral da ANFIP-SP.

Fonte: ANFIP-SP